



PROCESSO Nº: 24.049-4/2020
PRINCIPAL: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA
INTERESSADOS: CÍCERO ROMÃO DIAS BRAGA – EX-PRESIDENTE DO PREVICON
CARLOS LOYSE ALVES LUZ – EX-DIRETOR EXECUTIVO DO PREVICON
JOÍDES JANUÁRIO DE MIRANDA – EX-CONTADOR DO PREVICON
RAFAEL FERREIRA FLORES – EX-PRESIDENTE CONSELHO CURADOR DO PREVICON
ARTUR PASCUALOTE SANTOS – EX-DIRETOR DO PREVICON
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS
RELATOR: AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA

CERTIDÃO

A Gerência de Registro e Publicação - DOC¹, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao princípio da publicidade, com fundamento no artigo 31, § 1º do Código de Processo de Controle Externo -TCE/MT;

CERTIFICA, para os fins de direito, que o **Edital de Intimação nº 177/LHL/2024** foi divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 06/06/2024, sendo considerada como data da publicação o dia 07/06/2024, edição nº 3357.

CERTIFICA, ainda, a remessa dos autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o decurso do prazo nos termos do artigo 110 do Regimento Interno – TCE/MT.

Por ser expressão da verdade firma-se a presente, para que produza os efeitos legais a que se destina.

Cuiabá/MT, 06 de junho de 2024.

*(assinado digitalmente)*²
Jane Chinvelski da Silva
Gerente de Registro e Publicação

¹ LCE nº 475/2012 e regulamentado pelas Resoluções Normativas nºs 15/2012, 27/2012, 04/2015, 15/2015 e nº 1738/2014. O Diário Oficial de Contas foi instituído como instrumento de comunicação oficial de divulgação e publicação de seus atos processuais e administrativos, sendo utilizado de modo compartilhado pelo TCE-MT e unidades gestoras fiscalizadas. A publicação eletrônica no Diário Oficial de Contas – DOC, substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exige intimação ou vista pessoal.

² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

